

HERANÇAS IMPERIALISTAS E DINÂMICAS MIGRATÓRIAS

Beatriz Nishida Polsaque Alves (PIC), Solange Montanher Rosolen (orientador).

E-mail: smrosolen@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Direito Público, Maringá, PR.

Área: Direito **Subárea:** Teoria do Estado.

Palavras-chave: Estado, Imperialismo, Migração, Dependência.

RESUMO

O presente resumo expandido busca analisar a relação entre imperialismo e migração, com ênfase em países que experimentam intensos fluxos migratórios, como a Venezuela e a República Democrática do Congo. Ambos os casos evidenciam como as heranças coloniais e as dinâmicas do imperialismo moderno permanecem centrais na produção de crises políticas, econômicas e sociais que impulsionam deslocamentos forçados. A pesquisa de caráter bibliográfico e documental, parte do pressuposto de que a migração não pode ser compreendida como escolha individual ou fenômeno isolado, mas como expressão de desigualdades estruturais produzidas pelo sistema capitalista global. O estudo conclui que a permanência do imperialismo em suas múltiplas dimensões econômica, política e cultural constitui um fator determinante para a intensificação das migrações contemporâneas, revelando que o deslocamento humano é consequência direta da lógica global de dominação.

INTRODUÇÃO

O fenômeno migratório é uma das questões centrais do cenário internacional contemporâneo, evidenciando como desigualdades históricas e políticas ainda condicionam a mobilidade de populações. Em países periféricos do capitalismo, como Venezuela e República Democrática do Congo, crises recorrentes resultam em deslocamentos forçados e precarização das condições de vida, expressando a permanência de estruturas de exploração herdadas do colonialismo e reforçadas pelo imperialismo. Essa dinâmica não se limita a escolhas individuais, mas traduz relações de dependência econômica e política que mantêm tais países em situação de vulnerabilidade.

A pesquisa tem como objetivo analisar de que forma o colonialismo e o imperialismo moldaram e ainda moldam desigualdades políticas, econômicas e sociais responsáveis por fluxos migratórios forçados. Para tanto, examina concepções teóricas do imperialismo em autores clássicos e contemporâneos, investiga o impacto da exploração de recursos, das sanções econômicas e da dependência estrutural sobre Venezuela e Congo, e avalia de que maneira essas condições intensificam os deslocamentos populacionais. Além disso, busca compreender até que ponto as políticas migratórias, com destaque para a brasileira,

conseguem responder às necessidades dos migrantes, considerando avanços normativos, mas também os limites na efetivação dos direitos humanos. Segundo Lenin (2021), essa lógica não se encerrou com o fim da colonização formal, mas se transformou em novas formas de dependência e controle.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia adotada foi de caráter bibliográfico e documental. Foram utilizados como materiais principais livros, artigos científicos, relatórios de organismos internacionais e dados quantitativos da Segundo relatório do ACNUR de 2017, mais de 1,26 milhão de venezuelanos entraram no Brasil. Desse total, cerca de 149 mil foram interiorizados em mais de 1.070 municípios, no âmbito da Operação Acolhida. Os materiais empregados consistiram em livros, artigos científicos disponíveis em bases acadêmicas, relatórios institucionais e documentos normativos. Também foram utilizadas imagens constantes em relatórios de direitos humanos, como as produzidas pela Amnesty International (2023), que retratam despejos forçados e violações em áreas de mineração na República Democrática do Congo. Essa base possibilitou articular uma reflexão teórica e empírica acerca da relação entre imperialismo e fluxos migratórios.

O procedimento de pesquisa ocorreu em três etapas principais: primeiro, foi realizada a revisão teórica sobre imperialismo e migração, posteriormente a construção de toda crise, em seguida, procedeu-se ao estudo comparativo de casos, com foco na Venezuela e na República Democrática do Congo, a partir de dados empíricos e relatórios e, por fim, realizou-se a análise crítica da legislação migratória brasileira, especialmente a Lei nº 13.445/2017, confrontando seus avanços formais com os limites de sua efetivação prática. Essa trajetória metodológica permitiu evidenciar que os fluxos migratórios não são fenômenos isolados, mas resultados diretos das dinâmicas estruturais do capitalismo global e de suas expressões contemporâneas de imperialismo.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Em suma Desde 2017, mais de 1,26 milhão de venezuelanos entraram no Brasil, dos quais 149 mil foram interiorizados pela Operação Acolhida. Já na República Democrática do Congo, os conflitos ligados à exploração mineral forçaram o deslocamento de mais de 6,9 milhões de pessoas internamente em 2024, além de milhares em busca de refúgio em outros países, inclusive no Brasi (Acnur, 2019). Apesar de avanços em acolhimento e vacinação, persistem barreiras de integração, como discriminação, precarização laboral e alto índice de crianças fora da escola, o que evidencia a distância entre a legislação migratória brasileira e sua efetiva aplicação.

Os resultados da pesquisa mostraram que colonialismo e imperialismo não são fenômenos do passado, mas estruturas ainda ativas que sustentam

desigualdades e dependências nas nações periféricas. A análise comparativa evidenciou que, na República Democrática do Congo, a exploração mineral voltada ao mercado global gera deslocamentos forçados, violações de direitos e regimes autoritários, enquanto, na Venezuela, a dependência do petróleo e as sanções internacionais intensificaram a crise e provocaram migração em massa.

Observou-se também que, embora a Lei de Migração nº 13.445/2017 represente avanço normativo no Brasil, persistem barreiras práticas de integração, precarização do trabalho e racismo estrutural, sobretudo contra migrantes racializados. No cenário internacional, discursos e políticas antimigratórias reforçam a exclusão e a criminalização dos migrantes. Assim, conclui-se que os fluxos migratórios atuais estão profundamente ligados às heranças imperialistas e ao capitalismo global, sendo consequência de processos históricos de dominação que fragilizam democracias, destroem territórios e transformam populações em força de trabalho precarizada.

CONCLUSÕES

A pesquisa teve por objetivo compreender de que modo as marcas deixadas pelo colonialismo e pelo imperialismo configuraram e ainda configuram desigualdades políticas, econômicas e sociais que impulsionam deslocamentos populacionais forçados, tomando como referência os contextos da Venezuela e da República Democrática do Congo. Para alcançar tal finalidade, buscou-se examinar as bases teóricas do imperialismo em autores clássicos e contemporâneos, discutir a influência do colonialismo e do imperialismo na geração de crises estruturais em países periféricos, além de investigar a realidade específica desses dois países, observando como a exploração de recursos naturais, a imposição de sanções econômicas e a dependência externa impactam diretamente suas populações.

O trabalho também procurou compreender de que forma tais mecanismos de dominação reforçam os fluxos migratórios internacionais. Ademais, a pesquisa voltou-se à análise das políticas migratórias em especial a brasileira com o intuito de verificar em que medida elas respondem às demandas dos migrantes, destacando tanto os avanços normativos obtidos quanto as dificuldades práticas que ainda limitam a efetivação dos direitos humanos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao Projeto PIC e à orientadora Solange Montanher Rosolen pela valiosa oportunidade de desenvolver esta pesquisa e aprofundar meus estudos em um tema tão atual e relevante, especialmente a professora orientadora pois a orientação recebida e o espaço concedido foram fundamentais para a construção deste trabalho. Como nos lembra Bauman “em vez de construir muros, deveríamos construir pontes” (Bauman, 2017).

REFERÊNCIAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Relatório sobre a situação de crianças e mulheres migrantes venezuelanas no Brasil. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/relatorios/2019/relatorio-migrantes-venezuelanos-brasil.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2025.

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Venezuelanos no Brasil: percepções sobre integração. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.acnur.org/br/sites/br/files/2021-11/relatorio_integracao_venezuelanos_brasil.pdf. Acesso em: 23 ago. 2025.

AMNESTY INTERNATIONAL; Initiative pour la Bonne Gouvernance et les Droits Humains (IBGDH). Forced evictions at industrial cobalt and copper mines in the DRC. Amnesty International, 12 set. 2023. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2023/09/drc-cobalt-and-copper-mining-for-batteries-leading-to-human-rights-abuses/>. Acesso em: 23 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Dispõe sobre a migração. Diário Oficial da União: Brasília, 25 maio 2017.

BAUMAN, Z. Estranhos à nossa porta. [s.l.] Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 2017.

VLADÍMIR ILITCH LÊNIN. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. [s.l.] Boitempo Editorial, 2021.